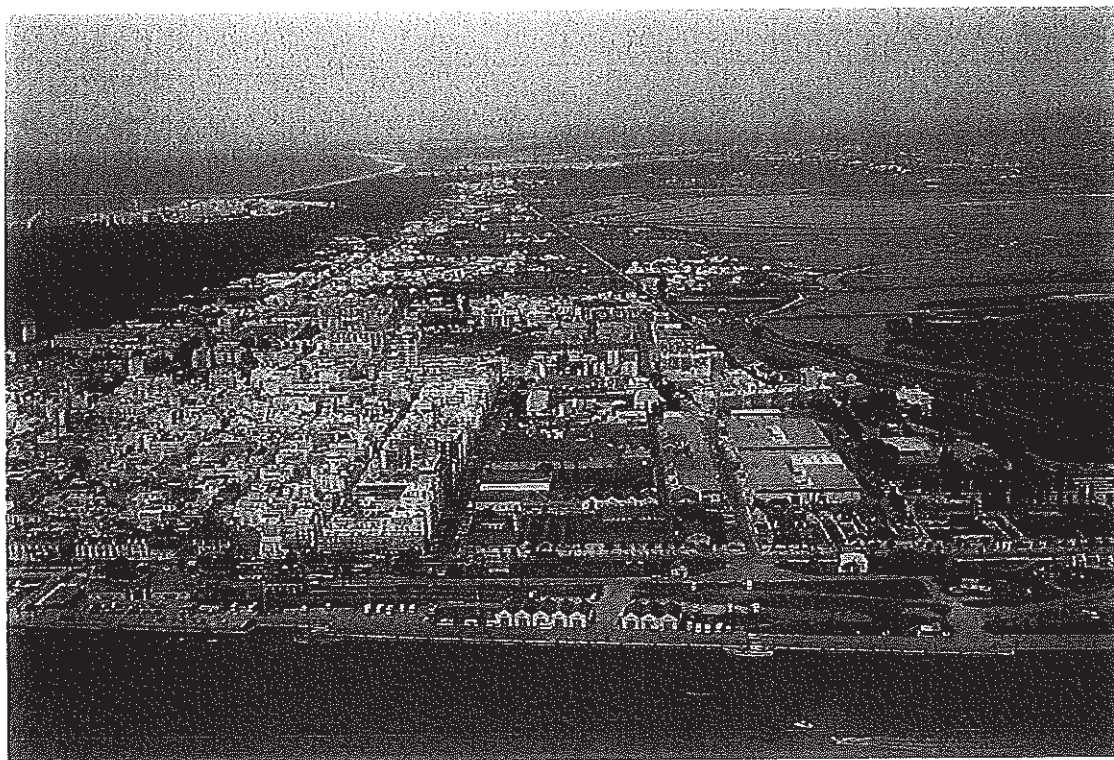


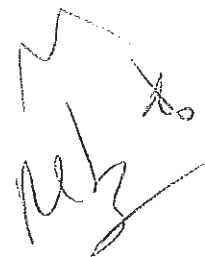


MO  
KZ  
da

## *Plano de Atividades e Orçamento 2018*



Vila Real de Santo António, 27 de Outubro de 2017



## ÍNDICE

1 - Plano de Atividades .....	5
2 - Unidades Orgânicas.....	6
2.1 - Unidade Ambiente.....	6
2.2 - Unidade Território .....	15
2.1.1 - Geral.....	15
2.1.2 - Centro Urbano de Vila Real de Santo António (Urbanismo e Espaço Público) .....	17
2.1.3 - Centro Urbano de Monte Gordo (Espaço Público).....	18
2.1.4 - Parques de Estacionamento.....	19
2.3 - Unidade Complexo Desportivo .....	20
2.4 - Unidade Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's).....	24
2.5 - Unidade Novos Projetos .....	25
3 - Atividades Internas.....	26
4 - Outras Referências .....	27
5 - Anexos .....	28
5.1 - O Investimento / Financiamento .....	28
5.2 - Orçamento de Exploração .....	29
5.3 - Demonstrações Financeiras Previsionais .....	30
Balanço Previsional .....	30
Demonstração de Resultados Previsional.....	32
Mapa Tesouraria Previsional.....	33
6 - Parecer do Fiscal Único .....	34

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento consiste no plano de atividades e orçamento para o ano de 2018. Neste documento pretende espelhar-se as perspetivas futuras de cada unidade, tendo como referência o mandato que o acionista determina.

Neste plano são apresentados diversos investimentos, os quais visam, sobretudo, o melhoramento dos serviços prestados e a redução da despesa. É de salientar que nem todos os investimentos terão um retorno imediato mas, à semelhança do pretendido para o ano de 2017, todos estão direcionados para o crescimento e o desenvolvimento do concelho de Vila Real de Santo António, fomentando índices de qualidade de vida superiores.

Não sendo certo o rumo que a economia tomará, desde o seu nível micro até ao seu nível macro, deverão ser acautelados os devidos risco quanto à capacidade de execução da proposta agora apresentada.

Para prestar um serviço de excelência, a VRSA SGU EM SA tem em especial atenção os seus colaboradores, os seus fornecedores e os seus clientes.

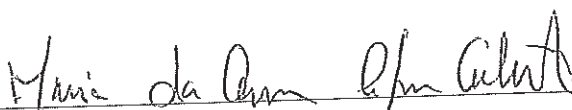
Quanto aos seus colaboradores, a exigência praticada em 2017, no que respeita à evolução das competências comportamentais e pessoais e à capacidade de resiliência perante as diversas situações que a empresa enfrentar, mantém-se para o ano de 2018. Do ponto de vista dos fornecedores a exigência mantém-se quanto ao cumprimento dos compromissos, sobretudo quanto aos prazos médios de pagamento e cumprimento de todas as etapas da contratação pública. Os nossos clientes, a razão da nossa existência, contarão com uma equipa disposta a surpreendê-los com serviços que sejam adequados à melhoria da sua qualidade de vida, por um justo valor.


Cabe então, à VRSA SGU EM SA, acreditando no caminho traçado, adequar as atividades desenvolvidas desde a sua origem à atualidade, considerando o novo paradigma de crescimento económico, quadro regulador dos municípios e do setor empresarial local e sobretudo à dinâmica socioeconómica dos nossos “clientes”, os MUNICÍPIOS do concelho de VRSA.

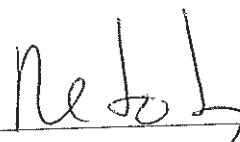
Deste modo, a administração da SGU, no estrito cumprimento dos seus Estatutos, vem por este meio apresentar o documento de referência estratégico para o ano 2018, ou seja, o Plano de Atividades e Orçamento para 2018.

Vila Real de Santo António, 27 de Outubro de 2017

O Conselho de Administração

  
(Maria da Conceição Cipriano Cabrita - Presidente)

  
(Pedro Tiago Finote Pires - Vogal)

  
(Renato Sérgio Paulo Figueira - Vogal)

## 1 - PLANO DE ATIVIDADES

O objeto social da VRSA SGU EM SA, seguindo o disposto na lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, assenta em dois planos:

- Gestão de serviços de interesse geral.
- Promoção do desenvolvimento local e regional.

Estes planos materializam a ação desenvolvida pela empresa e direcionam a sua atuação para o futuro. Assim, a atividade da empresa atravessa os domínios do planeamento territorial através da promoção da revisão do PDM e da execução de Planos de Pormenor, mas passa, também, pelo licenciamento no urbano do Centro Histórico de Vila Real de Santo António, pela gestão do Centro Comercial a Céu Aberto, gestão do estacionamento de viaturas ligeiras e autocaravanas e, ainda, pela gestão de ativos municipais (elemento diferenciador e inovador no que respeita à Gestão Pública Municipal), sendo exemplo o complexo desportivo, o sistema de abastecimento de água e recolha de águas residuais.

Para o desenvolvimento das atividades que lhe estão cometidas, a VRSA SGU estrutura-se em cinco unidades orgânicas (áreas de negócio):

- Unidade Ambiente.
- Unidade Território, que subdivide-se:
  - o Urbanismo.
  - o Fiscalização.
  - o Centro Comercial a Céu Aberto (CCCA).
  - o Parques de Estacionamento.
- Unidade Complexo Desportivo.
- Unidade dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's).
- Unidade dos Novos Projetos.





## 2 - UNIDADES ORGÂNICAS

### 2.1 - UNIDADE AMBIENTE

#### INTRODUÇÃO

No ano de 2018 a unidade Ambiente da VRSA Sociedade de Gestão Urbana EM SA continuará a assentar toda a atividade na reafirmação da sua missão, ou seja, na satisfação das necessidades de abastecimento de água e de saneamento básico do concelho de VRSA, promovendo a requalificação ambiental, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica e social.

Encontrando-se o processo de concessão dos serviços de água a aguardar decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal, relativamente às reclamações apresentadas por alguns concorrentes, continuará no decorrer do exercício de 2018, a VRSA Sociedade de Gestão Urbana, S.A., a assegurar a gestão dos serviços, até à decisão final do Tribunal. Por este motivo existe uma discrepância entre o orçamento de 2018 e o de 2017.

Indicadores favoráveis que apontam para uma melhoria económica no concelho, de que a manutenção ao longo do ano de um número constante de clientes é um dos mais relevantes, permitem-nos encarar com algum otimismo os próximos anos.

Apesar da evolução favorável dos indicadores, reforçaremos a orientação da atividade para a otimização de todos os recursos, redução dos custos, minimização das operações que não acrescentem valor e para o reforço das competências dos colaboradores. O objetivo é claro: garantir níveis de excelência no nosso serviço garantindo a sustentabilidade económica, financeira e social da nossa atividade.

#### ESTRATÉGIAS

##### a) EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ATUAIS INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Tendo bem presente o considerável número de infraestruturas existentes, antigas ou recém-construídas no âmbito do POVT, os especiais cuidados ao nível da manutenção, conservação e requalificação de equipamentos, torna-se imperativo dotar a unidade dos adequados recursos técnicos e humanos de forma a ser possível o cumprimento dos respetivos planos.

Uma das prioridades da unidade continua a ser, também, a execução de um plano transversal de ações de redução de fugas e perdas de água que passará pela adequação das 11 zonas de medição e

controlo já constituídas a partir do cadastro global de infraestruturas, além do combate a ligações clandestinas e substituição de contadores.

Continua a ser uma pretensão da unidade a implementação do plano de racionalização de consumos de energia ao que acresce a implementação de processos de produção de energia, de forma a serem obtidos ganhos ao nível da eficiência energética.

Persistirá a política de substituição sistemática dos contadores de água por aparelhos dotados de possibilidade de leitura remota, com ganhos ao nível da fiabilidade e rapidez de leitura, bem como ao nível da redução dos respetivos custos.

Por outro lado, torna-se emergente a definição de planos de intervenção para as descargas irregulares de águas pluviais nas redes de águas residuais domésticas, como forma de respeitar os inerentes dimensionamentos dos equipamentos e infraestruturas em uso, bem como, o de reduzir de forma concreta, os custos da entrega desse tipo de efluente à ETAR de Vila Real de Santo António.

#### **b) VALORIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SEGURANÇA DOS RECURSOS HUMANOS**

A unidade continuará a promover a qualificação dos seus colaboradores, estabelecendo planos de formação vocacionados para a melhoria das suas competências, acompanhando a evolução tecnológica e organizacional.

O desenvolvimento destas competências será simultaneamente agregado à criação de medidas que assegurem e preservem a segurança, higiene e saúde dos colaboradores.

Pretendendo criar uma cultura de mérito, a VRSA SGU EM SA está a implementar um sistema de avaliação de desempenho coerente com os objetivos fixados para cada processo de gestão.

#### **c) NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO**

A unidade continuará a implementar varias soluções tecnológicas disponíveis, sendo de maior destaque:

- Implementação do Balcão Digital.
- Informatização dos serviços operacionais através de sistemas de gestão específicos.
- Georreferenciação de todos os contadores e caixas de ramal da rede de água e de saneamento.

#### d) EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Sendo o consumo energético uma variável bastante relevante na atividade da empresa, deverão continuar os esforços no sentido da otimização do consumo energético das diversas subunidades.

Pretende-se durante o ano de 2018 definir procedimentos de utilização dos reservatórios que carecem de hidropressurização em alternativa à utilização gravítica, designadamente em relação aos reservatórios de água de Monte Gordo e de Vila Real de Santo António.

#### e) COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Implementando campanhas de sensibilização dirigidas a diversos públicos-alvo, apostaremos na divulgação a todos os consumidores, da boa qualidade da água fornecida e dos serviços disponibilizados pela empresa, evidenciaremos os benefícios no consumo da água da torneira na saúde e as soluções comerciais que a empresa tem ao dispor dos clientes.

Com a implementação de novos planos de ação e de monitorização nos diferentes setores e a formação de todos os colaboradores conseguiremos elevar o padrão da qualidade do serviço prestado aos nossos clientes, criando assim condições para um reforço da sua confiança na VRSA SGU.

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A nossa estratégia passará por aproveitar o ambiente económico favorável e todos os investimentos efetuados nos últimos anos de forma a atingir os objetivos estratégicos definidos, visando cumprir a Missão.

#### 1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA / SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

- 1.1. Redução do número de avarias.
- 1.2. Identificar e reparar perdas de água.
- 1.3. Redução das perdas de água.
- 1.4. Redução dos custos com combustíveis.
- 1.5. Reduzir custos energéticos.
- 1.6. Redução dos custos de manutenção viaturas e equipamentos.
- 1.7. Cumprir planos de manutenção de redes de saneamento, nomeadamente inspeções de câmaras de visita e limpeza de coletores.
- 1.8. Reduzir o peso dos custos operacionais no custo total do m<sup>3</sup> de água vendida e águas residuais tratadas.



## 2. ATENDIMENTO COMERCIAL

- 2.1. Garantir prazos de resposta às reclamações aos clientes aceitáveis e cumprindo a legislação.
- 2.2. Melhorar a eficiência do atendimento.
- 2.3. Cumprir o plano de substituição de contadores.
- 2.4. Aumento da eficiência das notificações para ligação de saneamento.
- 2.5. Aumento da satisfação dos clientes.
- 2.6. Reduzir o peso dos custos comerciais no custo total do m<sup>3</sup> de água vendida e águas residuais tratadas.
- 2.7. Diminuição da dívida acumulada.
- 2.8. Diminuir o número de acordos não cumpridos.

## 3. GESTÃO DE HIGIENE E SEGURANÇA

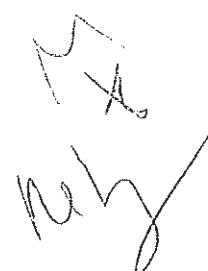
- 3.1. Melhorar a consciencialização dos colaboradores relativamente aos aspetos relacionados com a SHST.
- 3.2. Levantamento de todos os postos de trabalho com riscos e sua avaliação.
- 3.3. Controlo do cumprimento do uso de EPI's.

## 4. GESTÃO PLANEAMENTO PROJETO E CADASTRO

- 4.1. Consolidação cadastral das redes existentes e das edificadas no âmbito do POVT.
- 4.2. Georreferenciação.
- 4.3. Contínua caracterização e delimitação das ZMC na rede de abastecimento de água.
- 4.4. Gestão de perdas de água.
- 4.5. Controlo de Grandes Consumidores.

## 5. GESTÃO RECURSOS HUMANOS

- 5.1. Dotar o pessoal de nível de qualificação adequada ao desenvolvimento das atividades e ao cumprimento dos objetivos definidos, promovendo o incremento da produtividade da unidade.
- 5.2. Promover a criação do manual de funções.



## O PLANO DE INVESTIMENTOS

### a) INVESTIMENTOS NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Os investimentos previstos consistem na adequação de pormenor aos macro-investimentos executados, os quais tiveram início com a aprovação, no ano de 2012, da candidatura submetida ao Programa Operacional de Valorização do Território, e cuja conclusão substancial já decorreu em 2016.

Serão definidas as condições para a utilização racional e inteligente da energia elétrica em relação aos reservatórios de Monte Gordo e Vila Real de Santo António, os quais representam mais de 15% dos valores consumidos por estes serviços.

Execução de infraestruturas não previstas no âmbito de POVT e que permitam fechar os circuitos de abastecimento obsoletos, possibilitando assim anular condutas e sectores antigos, reduzindo a possibilidade de existirem perdas significativas e contribuindo para a substituição gradual de condutas de fibrocimento.

Daremos continuidade à ampliação e reabilitação das redes de abastecimento nas zonas onde se prevê a expansão da área urbana, nomeadamente nas Hortas e nas zonas norte, norte/poente e sul da cidade de Vila Real de Santo António, e ainda, o aumento da capacidade de grande parte das redes existentes e do seu bom seccionamento em Monte Gordo, Manta Rota e Vila Nova de Cacela.

É de especial atenção, a aposta na manutenção integral das redes, sejam novas ou mais antigas, como modelo de prolongamento das suas vidas úteis, bem como, para responderem da melhor forma ao seu uso, percursoras não só de um abastecimento de melhor qualidade, mas também de um seccionamento da rede mais célere e economizador de água perdida quando em rotura.

### b) INVESTIMENTOS NA ÁREA DE ÁGUAS RESIDUAIS

Os investimentos previstos consistem também na adequação específica dos investimentos executados, os quais tiveram início com a aprovação, no ano de 2012, da candidatura submetida ao Programa Operacional de Valorização do Território, e cuja conclusão substancial decorreu durante o ano de 2016.

Iremos dar especial atenção às ligações irregulares de ramais e coletores pluviais, de modo a criar efetivamente uma rede separativa exclusiva para as águas residuais domésticas, donde é premente a utilização de equipamentos robóticos como forma de identificar irregularidades ou necessidades de intervenção sem recurso a opções destrutivas com recurso a abertura de vala.



Especial atenção à resolução das deficiências técnicas que as novas redes e infraestruturas possam apresentar, nomeadamente na boa drenagem das águas residuais, ou no surgimento de novos pontos críticos de obstrução da rede de esgotos.

Para os efeitos referidos em epígrafe, torna-se necessário reabilitar a capacidade de trabalho do equipamento de desobstrução de esgotos instalado numa viatura ligeira, designadamente com a aquisição de um novo grupo motobomba, uma vez que o atual tem mais de 20 anos.

Por outro lado, torna-se imprescindível dotarmo-nos de meios humanos e técnicos capazes de garantir as devidas ações de gestão e manutenção dos novos equipamentos, nomeadamente das novas Estações Elevatórias, dados os elevados níveis de tecnologia utilizada, bem como para o cumprimento das ações de rotina no âmbito do serviço de piquete 24h por 24h.



## PRESSUPOSTOS FINANCEIROS

Os pressupostos para a elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) referentes a 2018 têm como base:

- Os serviços prestados pelos sistemas multimunicipais das Águas do Algarve SA (AA e AR), com um custo de aquisição de 1.351.867,03 € no abastecimento de água e 1.659.487,65 € no tratamento de águas residuais.

Os encargos com as Águas do Algarve absorvem 3.011.354,68 € dos 5.011.393,99 € previstos para a totalidade dos gastos diretos da unidade, ou seja aproximadamente 60% do total.

- Prevemos um volume de perdas a rondar os 32% e 92% na relação água comprada/esgoto tratado na ETAR.
- Aplicação da seguinte estrutura tarifária:

1 Tarifas abastecimento de Água					
1.1 Consumos Domésticos					
1.1.1 Tarifas Fixas					
a) Geral (€ dia)					0,1620 €
b) Social					- €
1.1.2 Tarifas Variáveis					
1º Escalão até 5 m³/mês					0,5062 €
2º Escalão de 6 m³ a 15 m³/mês					0,6644 €
3º Escalão de 16 m³ a 25 m³/mês					1,7766 €
4º Escalão superior a 25 m³/mês					2,0905 €
1.1.3 Tarifa familiar					
nº Elementos	5	6	7	8	+ 9
1º Escalão	9 m³	12 m³	16 m³	19 m³	23 m³
2º Escalão	19 m³	22 m³	26 m³	29 m³	33 m³
3º Escalão	29 m³	32 m³	36 m³	39 m³	43 m³
4º Escalão	> 29 m³	> 32 m³	> 36 m³	> 39 m³	> 43 m³
1.2 Consumos Não Domésticos					
1.2.1 Tarifas Fixas					
	Calibre contador				
1º Nivel(€ dia)	0 - 20				0,3441 €
2º Nivel(€ dia)	20 - 30				0,4989 €
3º Nivel(€ dia)	30 - 50				2,4948 €
4º Nivel(€ dia)	50 - 100				4,9896 €
5º Nivel(€ dia)	100 - 300				9,9792 €
1.2.2 Tarifas Variáveis					
Não Doméstico Geral					1,7766 €
Autarquia, EM, IPSS, Culturais, Desp. E de Int. Publico					0,6644 €
Outros Serviços Públicos Estatais					1,7766 €

*Handwritten signature and initials*

2. Tarifas Saneamento de Águas Residuais					
<b>2.1 Consumos Domésticos</b>					
<b>2.1.1 Tarifas Fixas</b>					
a) Geral(€ dia)					0,1620 €
b) Social					€
<b>2.1.2 Tarifas Variáveis</b>					
1ª Escalão até 5 m³/mês					0,6732 €
2ª Escalão de 6 m³ a 15 m³/mês					0,6732 €
3ª Escalão de 16 m³ a 25 m³/mês					1,7766 €
4ª Escalão superior a 25 m³/mês					2,0905 €
<b>2.1.3 Tarifa familiar</b>					
nº Elementos	5	6	7	8	+ 9
1ª Escalão	9 m³	12 m³	16 m³	19 m³	23 m³
2ª Escalão	19 m³	22 m³	26 m³	29 m³	33 m³
3ª Escalão	29 m³	32 m³	36 m³	39 m³	43 m³
4ª Escalão	> 29 m³	> 32 m³	> 36 m³	> 39 m³	> 43 m³
<b>2.2 Consumos Não Domésticos</b>					
<b>2.2.1 Tarifas Fixas</b>					
	Calibre contador				
1ª Nivel(€ dia)			0 - 20		0,6967 €
2ª Nivel(€ dia)			20 - 30		1,0102 €
3ª Nivel(€ dia)			30 - 50		5,0511 €
4ª Nivel(€ dia)			50 - 100		10,1023 €
5ª Nivel(€ dia)			100 - 300		20,2046 €
<b>2.2.2 Tarifas Variáveis</b>					
Não Doméstico Geral					1,7766 €
Autarquia, EM, IPSS, Culturais, Desp. E de Int. Publico					0,6732 €
Outros Serviços Publicos Estatais					1,7766 €

3. Tarifas Diversas	
Contratação Serviços	59,1626 €
Mudanças de nome	20,6470 €
Restabelecimento	51,6170 €
Remoção de ligações irregulares	309,7000 €
Pré-aviso de corte enviado	5,1620 €
Ordem de suspensão de fornecimento enviada	10,3230 €
Limpeza de fossa séptica enviada (5 m³)	129,0420 €
Desentupimento de colectores (hora)	113,5570 €
Devolução Bancária	0,1730 €
4. Serviços Gerais	
Mão-de-Obra (hora)	15,4850 €
Viatura ligeira (hora)	51,6170 €
Viatura pesada (hora)	77,4250 €
Máquina (hora)	51,6170 €

- Por imposição legal, passaremos a cobrar a todos os clientes as taxas de recursos hídricos na água e no saneamento, não estando prevista a continuidade da aplicação de descontos aos clientes não-domésticos.
- Por fim, reforçaremos a política social, prevendo-se a aplicação de descontos e isenções nas tarifas a todas as famílias carenciadas, que rondarão os 175.000,00 €.



“Num dia ideal, a água é captada, tratada, armazenada e corre serenamente nas condutas até às casas dos clientes onde é utilizada. A água residual em que se transforma, pelo uso, a água potável da rede de abastecimento público passa, depois, para a rede de saneamento, dá entrada nas ETAR e é finalmente devolvida à Natureza (...).

Nesse dia, alguns (poucos) clientes estão a ser atendidos nas instalações, os procedimentos comerciais e administrativos, suportados em aplicações informáticas, estão a correr normalmente, os inevitáveis entupimentos e roturas estão a ser reparados, a manutenção preventiva está a ser feita, as obras prosseguem, não há acidentes de trabalho, (...).”



Handwritten signature and initials in the top right corner.

## 2.2 - UNIDADE TERRITÓRIO

### 2.1.1 - GERAL

#### MISSÃO

Tem como missão promover o desenvolvimento ordenado do território, a valorização e salvaguarda do património edificado com valor reconhecido, a criação de condições a longo prazo de forma a potenciar uma maior atratividade do concelho e a criação de mais-valias de negócio para a população residente, num quadro de sustentabilidade económica, ambiental e social.

#### VISÃO

É pretendido intervir no território de forma a ordená-lo, discipliná-lo e criar polos de grande atratividade económica para o concelho. É de salientar a pretensão da VRSA SGU, com a criação de bases duradouras de equidade no território de forma a merecer a confiança dos nossos parceiros, do Município e da população em geral, assegurando um forte compromisso público de responsabilidade social. É, também, pretendido assegurar a valorização do património edificado, nomeadamente da zona classificada como Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António, de forma a potenciar o crescimento económico sustentado a longo prazo. No fundo, o que se pretende é tornar VRSA um dos concelhos com melhor qualidade de vida da União Europeia.

#### POLÍTICA DE QUALIDADE

É de salientar que os procedimentos internos da Unidade Território, na sua vertente de urbanismo, assentam sobre uma política de equidade no tratamento de todos os potenciais intervenientes, no rigor técnico e legal e na transparência de todos os processos.

Tem sido adotado um acompanhamento técnico de proximidade, esclarecendo e interagindo com a população na prossecução do objetivo final de ordenamento do território nas suas várias vertentes.

Melhorar os índices de qualidade de vida da população do concelho de VRSA, atuando com eficácia e eficiência na gestão dos recursos públicos.

## PRINCIPAIS OBJETIVOS

Executar os projetos de intervenção no espaço público do centro urbano de Vila Real de Santo António.

Requalificar a Avenida da República na sua frente Pombalina (passeio poente da avenida da república) aumentando a área pedonal.

Adaptar/adquirir mobiliário urbano à nova imagem do espaço idealizado.

Promover externamente (Algarve, Baixo Alentejo e Andaluzia Oeste) o conceito do Centro Comercial a Céu Aberto.

Promover atividades culturais de valorização do espaço público e dinamização dos eventos chave do CCCA e programação cultural ao longo do ano.

Estimular a criação e promoção artística e potenciando o diálogo entre a cidade e o seu público, local, nacional e internacional.

Promover o crescimento económico local e regional.

Requalificar o espaço público.

Orientar o serviço para o cliente, melhorando o respetivo nível de qualidade.

Promover e implementar uma relação de proximidade e confiança junto dos comerciantes locais.

Criar uma relação de confiança entre os proprietários dos imóveis inseridos na área de atuação do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António e o gabinete técnico de acompanhamento e licenciamento, encontrando formas de o seu património poder estar sempre reabilitado.

Transmitir a necessidade de valorização do património edificado como meio de aumento da atividade económica.

Requalificar social e ambientalmente espaços degradados do concelho.

## PLANO DE INVESTIMENTOS

Em termos financeiros a indicação para 2018 é a contenção de despesas, redução de investimento e consolidação dos investimentos realizados recentemente.

O financiamento para novos investimentos serão aqueles que forem disponibilizados por fundos comunitários no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), aprovado durante o ano de 2017.

### 2.1.2 - CENTRO URBANO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (URBANISMO E ESPAÇO PÚBLICO)

O principal objetivo da Unidade Território para o ano 2018 pressupõe a continuidade do processo de valorização do centro urbano de Vila Real de Santo António, através da reformulação do conceito de utilização do espaço público onde é potenciada a atividade económica. Assim, pretende-se dar continuidade a um conceito comercial e cultural de elevado reconhecimento regional e concorrente direto de outros focos comerciais instalados no Algarve e Oeste da Andaluzia. A implementação do projeto VRSA a Céu Aberto operou uma mudança profunda e de forte impacto visual no coração da cidade, transformando o Centro Histórico de Vila Real de Santo António num Centro Comercial a Céu Aberto, tal projeto é para continuar com as necessárias adaptações e inovações necessárias.

Deverá então ser dada continuidade ao projeto tendo em consideração as restrições orçamentais presentes.

A valorização do espaço público do centro urbano de Vila Real de Santo António não pode ser dissociada do valor intrínseco do património edificado já existente, cujas características são definidas como únicas e que é necessário salvaguardar, recuperar, potencializar e promover. Mantendo esse propósito, é objetivo fundamental da unidade criar as condições necessárias de proximidade entre os proprietários privados e a entidade licenciadora das operações urbanísticas e atividades económicas e culturais a desenvolver. Apesar de o retorno obtido através desta relação não ser imediato, tem-se conseguido criar uma relação de simbiose com os particulares visando a valorização do património edificado.

Pretende-se ainda intervir diretamente no património através dos mecanismos legais de obrigação de recuperação de edifício devolutos.

Como corolário desta estratégia e na simbiose entre o património edificado e a atividade comercial instalada, durante o ano de 2018 é pretendido continuar o percurso rumo à almejada afirmação turística do Núcleo Histórico Pombalino de Vila Real de Santo António, com a promoção de um conjunto de edifícios que serão recuperadas e que, entre si, formarão unidades hoteleiras de excelência que possam vir a ser exploradas por entidades com créditos firmados no mercado turístico e com reconhecimento internacional.

### 2.1.3 - CENTRO URBANO DE MONTE GORDO (ESPAÇO PÚBLICO)

Considerando o sucesso demonstrado no trabalho realizado no centro Histórico de Vila Real de Santo António, através da criação do projeto "Centro Comercial a Céu Aberto", e tendo em conta que através do mesmo já foram testadas as diversas abordagens que permitam atingir os melhores resultados nas intervenções realizadas, é tempo de consolidar uma nova imagem em Monte Gordo através da implementação de um projeto de requalificação e promoção turística do espaço público de Monte Gordo (frente marítima).

Nesse sentido, deverá ser dado expressão ao contrato programa existente entre o Município de VRSA e a SGU, que transfere as competências de gestão do espaço público da freguesia de Monte Gordo para a VRSA SGU.

Em termos de Plano de Ação Corrente a implementar e desenvolver, a abordagem é feita em várias fases:

- **Analisar:** análise e levantamento da situação existente no terreno ao nível de OEP e equipamentos urbanos; Identificação das necessidades logísticas, humanas e financeiras.
- **Aproximar e Envolver:** continuidade na política de proximidade; atendimento personalizado; auscultação dos comerciantes e recolha das necessidades e feedbacks; envolvimento dos comerciantes no processo e sensibilização para as boas práticas de OEP; dar a conhecer o regulamento municipal de mobiliário urbano e publicidade e as normas em vigor.
- **Corrigir e Intervir:** eliminar do espaço público todos os elementos de mobiliário urbano, suportes publicitários e demais equipamentos de apoio que não apresentem condições de higiene e qualidade ao nível do desenho; regularização dos licenciamentos de OEP; resolução de problemas diversos relacionados com situações comuns no âmbito da própria atividade; Manutenção e reparação do mobiliário urbano.
- **Dinamizar:** criar um plano de atividades que vá ao encontro das necessidade e da realidade do turismo e público-alvo; enfatizar a vivência do espaço público; ativar novos espaços de fruição artística e cultural; elevar o nível de oferta cultural, transformando a rua, praça, largo, em palco para diversas atividades.

O ano 2018 lança assim o desafio de consolidar, afirmar e estabilizar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, quer ao nível de manutenção e regulamentação do espaço público mas também através da dinamização do espaço envolvente.

#### 2.1.4 - PARQUES DE ESTACIONAMENTO

A subunidade dos Parques de estacionamento tem como objetivo soberano o equilíbrio financeiro, na medida em que se deve ser auto-suficiente.

Atualmente, esta subunidade gera receitas provenientes de 4 fontes distintas:

- i. Parque de Estacionamento Centro Comercial a Céu Aberto.
- ii. Parque de Autocaravanas da Muralha.
- iii. Parque de Autocaravanas / Veículos Ligeiros da Manta Rota.
- iv. Parque de Estacionamento de Monte Gordo.

O Parque de Estacionamento do CCCA tem como finalidade: Garantir a rotatividade no estacionamento junto à zona comercial do centro histórico de Vila Real de Santo António.

Os Parques de autocaravanas têm como finalidade: Regularização do estacionamento das autocaravanas (eliminação das concentrações informais).

Os parques de autocaravanas assentam na promoção do auto caravanismo no município de Vila Real de Santo António, eliminando as concentrações informais de auto caravanistas e permitem aumentar a rotatividade dos lugares de estacionamento junto do comércio local e zonas balneares.

O Parque de Estacionamento de Monte Gordo tem como finalidade: Assegurar o estacionamento a preço acessível a trabalhadores da Hotelaria e comércio locais.

## 2.3 - UNIDADE COMPLEXO DESPORTIVO

### MISSÃO

O Complexo Desportivo existe para servir dois grandes grupos: o desporto de alto rendimento e o desporto como elemento essencial para a criação de estilos de vida saudáveis. Neste sentido, a missão do Complexo Desportivo assenta nos seguintes pressupostos:

- Promoção do desenvolvimento do desporto de alto rendimento, fornecendo a motivação e as infraestruturas desportivas necessárias para despertar o espírito de competição e para superar os recordes de cada atleta.
- Ser um centro desportivo socialmente responsável, valorizando a prática desportiva não só nos atletas de alto rendimento, mas também na população local, funcionando como motor do desenvolvimento social e humano das populações.

### VISÃO

Considerando a missão apresentada, o Complexo Desportivo define as seguintes linhas orientadoras para o seu futuro:

- Caminhar no sentido de ser o centro de alto rendimento de referência nas modalidades de atletismo e de alguns desportos coletivos.
- Continuar a atuar segundo padrões de excelência, recorrendo a todos os meios disponíveis para oferecer instalações de excelência e responder às necessidades de cada atleta.

### VALORES

O Complexo Desportivo é orientado pelos seguintes valores:

- Foco no cliente.
- Rigor.
- Profissionalismo.
- Cooperação.
- Transparência.

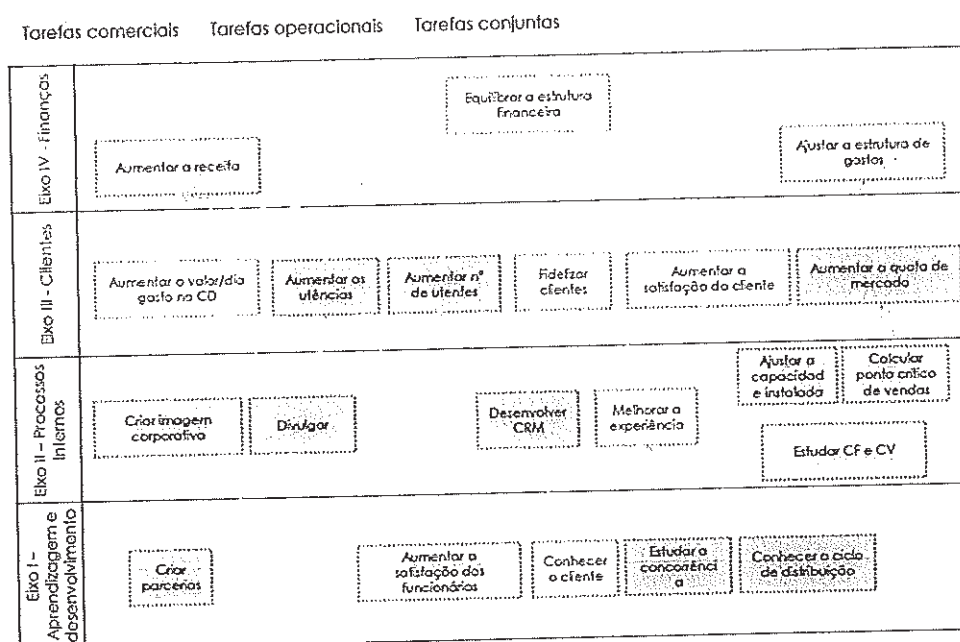


70  
m

## ESTRATÉGIA E ORIENTAÇÕES PRINCIPAIS

De forma a orientar a atividade e a enquadrar a atuação do Complexo Desportivo na sua missão, visão e valores, foi elaborado um mapa estratégico cuja orientação final e principal consiste no equilíbrio da estrutura financeira do Complexo Desportivo. Este mapa estratégico assenta em quatro grandes eixos cujas relações de causalidade e complementaridade são incontestáveis. De seguida são apresentados os eixos e as suas orientações.

### Mapa estratégico



#### a) Eixo I – Aprendizagem e desenvolvimento

Orientações principais:

- Criar parcerias.
- Aumentar a satisfação dos funcionários.
- Conhecer o cliente.
- Estudar a concorrência.
- Conhecer o ciclo de distribuição.

#### b) Eixo II – Processos internos

Orientações principais:

- Criar imagem corporativa.
- Divulgar.
- Desenvolver ferramentas de gestão da relação com o cliente (CRM).
- Melhorar a experiência.
- Estudar custos fixos e custos variáveis.

- Ajustar a capacidade instalada.
- Calcular o ponto crítico de vendas.

c) Eixo III – Clientes

Orientações principais:

- Aumentar as utilizações.
- Aumentar o número de utentes.
- Fidelizar clientes.
- Aumentar a satisfação do cliente.
- Aumentar a quota de mercado.

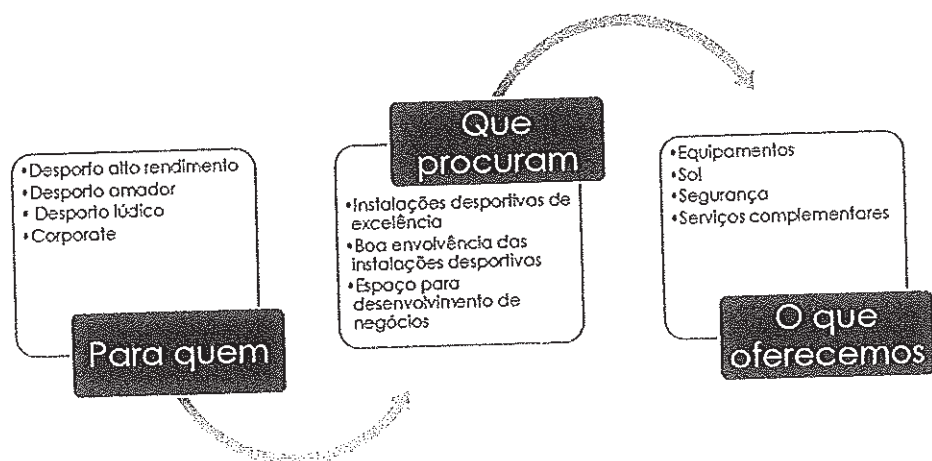
d) Eixo IV – Finanças

Orientações principais:

- Aumentar a receita.
- Ajustar a estrutura de gastos.
- Equilibrar a estrutura financeira.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

## Proposta de Valor



Os objetivos para os diferentes segmentos de clientes, assenta na prestação dos serviços que respondam à proposta de valor apresentada.

*Handwritten signature and initials*

## INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA PARA 2018

Existe um diferencial entre os custos de exploração que, face à receita gerada, permitiriam garantir a sustentabilidade económico-financeira da atividade e aqueles que, efetivamente, foram realizados devido às inúmeras necessidades que tiveram de ser satisfeitas para garantir o funcionamento do Complexo Desportivo de VRSA durante o horário estipulado pelo Município e aos preços considerados como socialmente sustentáveis.

A Indemnização Compensatória prevista para 2018 é de 1.564.000,00 €

## PLANO DE INVESTIMENTOS

Os investimentos a realizar no Complexo Desportivo têm como objetivo a criação de valor, através de uma oferta melhorada e que vá ao encontro das necessidades dos seus clientes.

Neste âmbito, estão previstas ações de melhoria dos edifícios e até alargamento das instalações desportivas, com recurso a capitais próprios ou fundos que se enquadrem na atividade do Complexo Desportivo. Salienta-se que a execução destes investimentos está dependente da viabilidade económica e financeira dos mesmos. Poderá existir investimentos que serão realizados com a finalidade de reduzir a despesa corrente.

## 2.4 - UNIDADE PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PMOT'S)

### OBJETIVOS

Adequar os instrumentos de gestão territorial às dinâmicas sociais, antecipando-os e respondendo tecnicamente às expectativas da população, face a essas dinâmicas.

Os instrumentos de gestão territorial municipal como elemento de competitividade e atratividade do território, incrementando o potencial de qualidade de vida das populações.

### VALORES

A unidade PMOT's é orientada pelos seguintes valores:

- Ética.
- Visão de médio e longo prazo.
- Rigor.
- Cooperação.
- Transparência.
- Resiliência.

### ORIENTAÇÕES PRINCIPAIS

Reordenamento das áreas urbanas, melhorando a qualidade urbana do mesmo, permitindo integrar e adequar as ocupações às novas dinâmicas sociais e exigências socioeconómicas.

Incentivo da utilização dos espaços rurais ou naturais, com ações que levaram a essa classificação, permitindo sustentadamente a sua integração nas ações que permitam a melhoria de qualidade de vida das populações.

### PRINCIPAIS OBJETIVOS

De acordo com as orientações Municipais:

- Alteração do PDM.

Adaptação de Planos de Pormenor existentes promovendo a sua correção onde se verifique a sua incapacidade de aplicação. Promover a execução de novos Planos de Pormenor nas áreas de maior pressão urbanística e de valor para o desenvolvimento ordenado do município.

M  
X  
M  
M

## 2.5 - UNIDADE NOVOS PROJETOS

### ESTRATÉGIA E ORIENTAÇÕES PRINCIPAIS

Operacionalizar os planos nacionais, regionais e locais aprovados que têm como incidência territorial o Concelho de Vila Real de Santo António.

Maximizar a utilidade marginal dos Ativos Públicos em benefício da melhoria da qualidade de vida da população de Vila Real de Santo António.

Desenvolver os conceitos e procurar os “developers” e os exploradores desses conceitos que permitam no curto prazo gerar emprego junto da população, com atividades de alto valor acrescentado (melhorando os rendimentos médios da população), formando-a constantemente (melhorando a sua competitividade).

### PRINCIPAIS OBJETIVOS

Identificar oportunidades de negócio, cruzando necessidades de desenvolvimento e tendências de mercado.

Criação e alargamento da rede de contactos de potenciais investidores (esta rede tem que conter entradas de investidores públicos e privados, bem como particulares e empresas).

Estudar a viabilidade de projetos propostos aconselhando na sua implementação e operação.

12/1/20

### 3 - ATIVIDADES INTERNAS

Continuará a ser implementada uma organização voltada para a excelência na prestação de serviços ao cliente interno, assente em princípios de otimização da eficiência na utilização de recursos e de consumo dos meios empregues.

Pretende-se aperfeiçoar a estrutura do organograma dando uma nova dinâmica a toda a unidade território (Licenciamento Urbano, PMOT's, Novos Projetos, Fiscalização, Espaço Público, Parques) otimizando a organização dos recursos técnicos.





#### 4 - OUTRAS REFERÊNCIAS

Os pressupostos gerais que serviram de base à elaboração da previsão da situação económico-financeira para o ano 2018 resumem-se nos quadros seguintes, a preços correntes.

A informação que serviu de base para os cálculos previsionais considera a atividade desenvolvida no exercício de 2017, espelhada nos registos contabilísticos.

Os prazos médios de recebimentos e pagamentos foram estipulados com base no histórico da empresa, onde não devem ultrapassar os 30 e os 60 dias, respetivamente, o que não tem sido possível cumprir no passado recente.

As medidas implementadas com vista à redução da despesa, passam por um conjunto de pressupostos que visam atingir esse objetivo, nomeadamente uma redução em cerca de 25% nos Fornecimentos e Serviços Externos e cerca de 10% nos Gastos com Pessoal.

Consta na rubrica de clientes uma verba aproximada de 853.107,53 que respeita a valores do FAM que o Município irá ainda receber e que servirá para liquidar dívida assumida nesse financiamento, para com a VRSA, SGU EM, S.A., que se prevê que venha a acontecer no decorrer do exercício de 2018.

Ao nível do volume de negócios, a empresa irá procurar a atividade decorrente das Unidades Território e Complexo Desportivo.

Os gastos com pessoal foram calculados de acordo com o quadro de pessoal existente nesta data com os ajustamentos que decorrem da proposta de Orçamento de Estado para 2018.

Com base nas previsões que iremos submeter à aprovação, estima-se que os resultados líquidos antes de impostos correspondem às orientações legais aplicáveis a este tipo de empresas (art.º 40 da Lei 50 de 2012 – Regime jurídico do sector empresarial local), segundo as quais, “as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados”.

Como podemos constatar o Resultado Antes de Impostos é positivo, no montante de 99.710,40 €.



## 5 - ANEXOS

### 5.1 - O INVESTIMENTO / FINANCIAMENTO

O Plano de Investimentos para 2018, revela a preocupação da VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM SA, no melhoramento e modernização das infraestruturas existentes e na dinamização e desenvolvimento do concelho de Vila Real de Santo António. Vão ser efetuados investimentos em quatro unidades de negócio: Ambiente, Complexo Desportivo, Território e Novos Projetos, correspondendo a cerca de 9%, 59%, 3% e 30% do investimento total, respetivamente, conforme mapa abaixo mencionado.

A VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM SA pretende que os investimentos sejam financiados com os Cash-Flows gerados nas unidades, com a atribuição de subsídios ao investimento, pela contratação de financiamentos junto do Banco Europeu de Investimento, fundos comunitários e também através de parcerias público-privadas.

INVESTIMENTO / RUBRICA	VALOR	PONDERAÇÃO
Unidade Ambiente	300.000,00 €	9%
Unidade Complexo Desportivo	2.030.000,00 €	59%
Unidade Território	114.700,00 €	3%
Unidade Novos Projetos	1.024.288,54 €	30%
<b>TOTAL INVESTIMENTO</b>	<b>3.468.988,54 €</b>	<b>100,00%</b>



## 5.2 - ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

O cálculo previsional foi efetuado de acordo com as perspetivas futuras e de acordo com as informações contabilísticas históricas e previsionais preparadas por cada área de negócio da empresa.

As amortizações e depreciações, previsionais foram calculadas com base nos Ativos existentes e previstos, pela aplicação das taxas previstas nos Decretos Regulamentares 2/90 ou 25/2009 de 14 de Setembro, consoante a data de utilização do imobilizado seja anterior ou posterior a 31/12/2009.

ATIVIDADE CORRENTE - 2018	TOTAL - 2018
<b>RENDIMENTOS</b>	
Vendas	1.447.053,00 €
Prestação Serviços	6.388.055,41 €
Trabalhos para Própria Empresa	635.000,00 €
Subsídio à Exploração Município Vila Real de Santo António	2.500,00 €
Outros Rendimentos e Ganhos - Rend. Invest. não Financeiros	2.585.758,71 €
Outros Rendimentos e Ganhos - Imputação Sub. p/ Investimento	694.348,25 €
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	12.000,00 €
<b>TOTAL RENDIMENTOS</b>	<b>11.764.715,37 €</b>
<b>GASTOS</b>	
CMVMC	1.514.267,03 €
Fornecimentos e Serviços Externos	4.014.301,62 €
Gastos com o Pessoal	2.058.122,03 €
Gastos de Depreciação e Amortização	2.159.730,04 €
Outros Gastos e Perdas	497.224,15 €
<b>TOTAL GASTOS</b>	<b>10.243.644,87 €</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.521.070,50 €</b>
Gastos e Perdas de Financiamento	1.421.360,10 €
<b>RESULTADO ANTES IMPOSTOS</b>	<b>99.710,40 €</b>
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	45.695,14 €
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>54.015,26 €</b>

*Handwritten signature*

### 5.3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

De acordo com o Orçamento de Exploração, apresentam-se de seguida os seguintes mapas previsionais: Balanço, Demonstração de Resultados e Mapa de Tesouraria Previsionais.

#### BALANÇO PREVISIONAL

RÚBRICAS	2018
<b>ATIVO</b>	
<b>Ativo Não Corrente</b>	
Ativos Fixos Tangíveis	44.160.120,91 €
Propriedades de investimento	44.766.266,97 €
Goodwill	- €
Ativos Intangíveis	17.335.943,68 €
Ativos Biológicos	- €
Participações Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial	- €
Participações Financeiras - Outros Métodos	- €
Acionistas / Sócios	- €
Outros Ativos Financeiros	7.273,77 €
Ativos por Impostos Diferidos	- €
<b>Total Ativo Não Corrente</b>	<b>106.269.605,33 €</b>
<b>Ativo Corrente</b>	
Inventários	125.015,45 €
Ativos Biológicos	- €
Clientes	1.149.828,02 €
Adiantamentos a Fornecedores	- €
Estados e Outros Entes Públicos	726.598,33 €
Acionistas / Sócios	- €
Outras Contas a Receber	2.049.129,62 €
Diferimentos	9.098,36 €
Ativos Financeiros Detidos para Negociação	- €
Outros Ativos Financeiros	- €
Ativos não Correntes Detidos para Venda	- €
Caixa e Depósitos Bancários	689.371,29 €
<b>Total Ativo Corrente</b>	<b>4.749.041,07 €</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>111.018.646,40 €</b>

*Handwritten signature and initials*

RÚBRICAS	2018
<b>CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO</b>	
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	
Capital Realizado	36.620.980,00 €
Ações (Quotas) Próprias	- €
Outros Instrumentos de Capital Próprio	- €
Prémios de Emissão	- €
Reservas Legais	73.667,42 €
Outras Reservas	252.901,15 €
Resultados Transitados	- 5.222.328,53 €
Ajustamentos em Ativos Financeiros	1.150.758,12 €
Excedentes de Revalorização	- €
Outras Variações no Capital Próprio	10.576.701,10 €
Resultado Líquido do Período	54.015,26 €
	- €
Interesses Minoritários	
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>43.506.694,52 €</b>
<b>PASSIVO</b>	
<b>Passivo Não Corrente</b>	
Provisões	- €
Financiamentos Obtidos	37.212.539,38 €
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	- €
Passivos por Impostos Diferidos	- €
Outras Contas a Pagar	- €
<b>Total Passivo Não Corrente</b>	<b>37.212.539,38 €</b>
<b>Passivo corrente</b>	
Fornecedores	14.868.944,13 €
Adiantamentos de Clientes	- €
Estado e Outros Entes Públicos	110.695,14 €
Acionistas / Sócios	- €
Financiamentos Obtidos	3.760.414,56 €
Outras Contas a Pagar	11.426.811,55 €
Diferimentos	132.547,12 €
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	- €
Outros Passivos Financeiros	- €
Passivos não Correntes Detidos para Venda	- €
<b>Total Passivo Corrente</b>	<b>30.299.412,50 €</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>67.511.951,88 €</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO</b>	<b>111.018.646,40 €</b>



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

RÚBRICAS	2018
Vendas e Serviços Prestados	7.835.108,41 €
Subsídios à Exploração	2.500,00 €
Ganhos / Perdas	- €
(Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos)	- €
Variação nos Inventários da Produção	635.000,00 €
Trabalhos para a Própria Entidade	1.514.267,03 €
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	4.014.301,62 €
Fornecimentos e Serviços Externos	2.058.122,03 €
Gastos com o Pessoal	- €
Imparidade de Inventários (Perdas / Reversões)	- €
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas / Reversões)	- €
Provisões (Aumentos / Reduções)	- €
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis / Amortizações (Perdas / Reversões)	- €
Aumentos / Reduções de Justo Valor	3.280.106,96 €
Outros Rendimentos e Ganhos	497.224,15 €
Outros Gastos e Perdas	
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTOS E IMPOSTOS</b>	<b>3.668.800,54 €</b>
Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização	2.159.730,04 €
Imparidade de Investimentos Depreciáveis / Amortizáveis (Perdas / Reversões)	- €
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>	<b>1.509.070,50 €</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	12.000,00 €
Juros e Gastos Similares Suportados	1.421.360,10 €
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>99.710,40 €</b>
<b>IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO</b>	<b>45.695,14 €</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>54.015,26 €</b>



*Handwritten signatures and initials:*  
Mub, M, X, and a circled '20'.

## MAPA TESOURARIA PREVISIONAL

RÚBRICAS	2018
<b>SALDO ANTERIOR (VALOR TOTAL SGU)</b>	<b>1.886.891,61 €</b>
<b>RECEBIMENTOS</b>	
Vendas	1.326.465,25 €
Prestação de Serviços	7.494.774,91 €
Subsídio à Exploração Município V.R.S.A.	2.291,67 €
Outros Rendimentos e Ganhos - Investimentos não Financeiros	2.370.278,83 €
Outros Rendimentos e Ganhos - Imputação Subsídios p/ Investi.	- €
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	11.000,00 €
Recebimento Fundos POVT + POCTEP + PO 21 Algarve	- €
Financiamentos Obtidos BEI + IFDR + Turismo Portugal	1.028.043,03 €
Recebimentos de Clientes Ano Anterior	3.566.605,50 €
Recebimentos de Outras Contas a Receber Ano Anterior	3.805.526,44 €
Outros Recebimentos	- €
<b>TOTAL RECEBIMENTOS</b>	<b>19.604.985,63 €</b>
<b>PAGAMENTOS</b>	
CMVMC	1.261.889,19 €
Fornecimentos e Serviços Externos	3.345.251,34 €
Gastos com Pessoal	2.058.122,03 €
Outros Gastos e Perdas	2.053.410,91 €
Pagamentos Diversos	12.083.832,48 €
<b>TOTAL PAGAMENTOS</b>	<b>20.802.505,95 €</b>
<b>MEIOS LIBERTOS LÍQUIDOS</b>	<b>- 1.197.520,32 €</b>
<b>SALDO FINAL (VALOR TOTAL SGU)</b>	<b>689.371,29 €</b>

## 6 - PARECER DO FISCAL ÚNICO



## RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

### INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 25.º, número 1, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da VRSA, Sociedade de Gestão Urbana E.M. S.A. (a Entidade) relativos a 2018, que compreendem os Planos plurianuais e anuais de atividades, investimento e financeiros, o Orçamento anual de investimentos, o Orçamento anual de exploração, o Orçamento anual de tesouraria e o Balanço, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto 4 do Plano de Atividades e Orçamento 2018.

### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 25.º, número 1, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR SOBRE A REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL


A nossa responsabilidade consiste em:

- (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional;
- (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e
- (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

### CONCLUSÃO E OPINIÃO

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve



a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospectivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística – SNC.

Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

#### ÊNFASE

O processo de concessão externa da gestão e exploração dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais previsto nos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para 2017, encontra-se nesta data suspenso. Assim, ficam substancialmente justificados os acréscimos da atividade operacional previstos nos IGP para 2018, face ao orçamento do ano anterior, nas rubricas de Vendas e Prestações de serviços (234%), Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (1227%), Fornecimentos e serviços externos (155%) e Gastos com o Pessoal (134%). O retomar do referido processo terá um impacto significativo e direto nas contas da Empresa, não sendo previsível quando ocorrerá o seu desenvolvimento.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Lisboa, 13 de novembro de 2017  
OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.  
Carlos Manuel Grenha, R.O.C. nº 1266

MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Mapa entidades participadas (Artigo 46.º n.º 2, alínea c) da Lei 73/2013, de 3 de Setembro)

Nome	Sede	NIF	Investimentos Financeiros	Participação %
VRSA - Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA	Rua José Barão, n.º 4, Vila Real de Santo António	508 160 570	45.490.229	100,000%
Águas do Algarve, SA	Rua do Raposo, n.º 10 Faro	505 176 300	590.207	1,980%
Algar - Valorização e Tratamentos de Resíduos Sólidos, SA	Barros de São João da Vanda, Almancil	503 600 270	147.638	1,969%
CCAM Sotavento Algarvio, CRL	Rua Borda d'Água de Aguiar, Tavira	501 073 035	500	0,003%
Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana	Rua 25 de Abril, Castro Marim	504 408 755	11.600	33,330%
AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	Rua General Humberto Delgado, Faro	502 971 096	24.940	6,250%
Associação de Municípios do Guadiana de Fins Específicos	Rua 25 de Abril, Castro Marim	513 597 930	7.500	50,000%
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, Coimbra	501 627 413	4.816	0,320%

a) Associação constituída em 30 de Junho de 2015, com a participação dos Municípios de Vila Real de Santo António e de Castro Marim

